PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

BALNEÁRIO GAIVOTA

29 de dezembro de 1995

Prefeito Municipal

Everaldo dos Santos

Vice-Prefeito

Jonatã Coelho dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

Onice Maria Medeiros Lacerda

Secretária Municipal de Meio Ambiente

Marcelo Aguiar Alves

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

José Antonio dos Santos

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Rosa Maria dos Santos

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Fernanda Jorge Matias

2023

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável
Revisão 0	22/09/2023	Aprovação na CIR	Onice Maria M Lacerda
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano

Data	Compartilhado	E-mail
05/09/2023	Atenção Básica	atencaobasica@balneariogaivota.sc.gov.br
05/09/2023	Assistência Social	socialbalneariogaivota@gmail.com
05/09/2023	Assistência Farmacêutica	farmacia@balneariogaivota.sc.gov.br
05/09/2023	Secretária de Saúde	nikmedeiros@hotmail.com saude@balneariogaivota.sc.gov.br
05/09/2023	Defesa Civil	defesacivil@balneariogaivota.sc.gov.br
05/09/2023	Secretaria de Obras	obras@balneariogaivota.sc.gov.br
05/09/2023	Secretaria do Meio Ambiente	meioambiente@balneariogaivota.sc.gov.br

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de Saúde	Onice Maria Medeiros Lacerda	nikmedeiros@hotmail.com	48 998558107
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES	Fernanda Jorge Matias	visa@balneariogaivota.sc.gov.br	48 998650239

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

I. **Fernanda Jorge Matias – Ponto Focal do VIGIDESASTRES**
II. Rosana Porto Matias Mateus
III. Daiane Daboit da Rosa Melo
IV. Taise Serafim Godinho Raupp
V. Lara Tatiane Porto da Cunha
VI. Nicole Almeida da Fonseca
VII. Mariana Lopes Serafim
VIII. Rafaela Hofzmann

Lista de Abreviaturas

ACS – Agente Comunitária de Saúde

COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde

CONPDEC – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DIAF – Divisão de Assistência Farmacêutica

DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESF – Estratégias de Saúde da Família

ESP – Emergência em Saúde Pública

ESPIL - Emergência de Saúde Pública de Nível Local

ESPIN - Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional

FN/SUS – Força Nacional do Sistema Único de Saúde

GAL - Gerenciador de Ambiente Laboratorial

GM/MS - Ministério da Saúde Gabinete do Ministro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina

LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAEFI - Serviço De Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos

PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNVS – Política Nacional de Vigilância em Saúde

PPR-ESP - Plano Municipal De Preparação e Resposta a Emergências Em Saúde Pública

PSC - Prestação De Serviços À Comunidade

S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SES – Secretaria do Estado de Saúde

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINPDEC – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

VIGIDESASTRES - Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres

Lista de Figuras

Figura 1 Mapa Estatístico de Balneário Gaivota 13
Figura 2. Pirâmide etária de Balneário Gaivota 14
Figura 3. Empregados por setor econômico. 15
Figura 4. Chuvas e temperaturas durante o ano no município a cerca de 30 anos. 17
Figura 5. Uso do solo no município. 18
Figura 6. Hidrografia do município. 19
Figura 7 Áreas de Risco do município 20

Lista de Quadros

Quadro 1 Áreas de Risco 19
Quadro 2 - Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos. 24
Quadro 3 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres 25
Quadro 4 Redução de riscos - Doenças Infecciosas Virais 26
Quadro 5 Respostas ao Risco - Doenças Infecciosas Virais 28
Quadro 6 Recuperação - Doenças Infecciosas Virais 29
Quadro 7 Redução de Riscos - Dengue 29
Quadro 8 Respostas ao Risco - Dengue 31
Quadro 9 Recuperação - Dengue 33
Quadro 10 Redução de riscos - Inundações 33
Quadro 11 Respostas a riscos - Inundações 36
Quadro 12 Recuperação - Inundações 38
Quadro 13 Lista de representantes da SMS 40

Sumário

1. Objetivos 9
1.1 Objetivo Geral 9
1.2 Objetivos Específicos 9
2. Marco legal e normativo 9
3. Caracterização do Município 13
3.1 Aspectos Socioeconômicos 13
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 14
3.3 Atividades Econômicas 15
3.4 Características físicas 16
3.4.1 Clima 16
3.4.2 Pluviometria 16
3.4.3 Pedologia e Aspectos geomorfológicos 17
3.5 Hidrografia 18
3.5.1 Áreas de Risco do Município 19
3.6 Saúde 20
3.7 Assistência Social 22
3.8 Segurança 22
3.9 Obras 23
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 23
5. Gestão de Risco em Desastres 25
5.1 Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0 26
5.1.1 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Doenças Infecciosas Virais 26
5.2 Dengue 29
5.2.1 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Dengue 29
5.3 Inundações - 1.2.1.0.0 33
5.4 Granizo - 1.3.2.1.3 33
5.5 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Inundações e Granizo 33
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 39
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 39
6.2 Sala de situação 39
7. Informações à população 41
8. Capacitações 41
9. Referências 42
Anexos 43

Apresentação

A gestão de riscos de desastres é um processo fundamental para proteger a saúde e o bem-estar da população em situações de emergência. É importante destacar que esse processo deve ser realizado de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que são a universalidade, a equidade e a integralidade da atenção à saúde.

A universalidade no contexto da gestão de riscos de desastres significa que todas as pessoas têm direito à proteção e assistência em caso de ocorrência de desastres. Isso implica em garantir o acesso igualitário a serviços de saúde e ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação, independentemente de sua origem, condição socioeconômica ou localização geográfica.

A equidade é outro princípio essencial na gestão de riscos de desastres alinhada com o SUS. Significa que as ações devem ser direcionadas de forma a reduzir as desigualdades existentes entre os diferentes grupos populacionais. Isso inclui a identificação e atendimento prioritário das áreas e comunidades mais vulneráveis, considerando fatores como condições de saúde, acesso a recursos e capacidade de resposta.

A integralidade da atenção à saúde é um princípio que busca garantir que todas as necessidades de saúde da população sejam atendidas de forma abrangente e integrada. Na gestão de riscos de desastres, isso implica na articulação e coordenação entre diferentes setores e atores envolvidos, como saúde, proteção civil, meio ambiente, assistência social e educação, visando uma resposta efetiva e abrangente aos desastres.

Portanto, a contextualização dos processos fundamentais na gestão de riscos de desastres alinhados com os princípios do SUS, como a universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde da população, é essencial para promover uma abordagem mais eficaz e inclusiva na prevenção e resposta a desastres, garantindo a proteção da saúde de todos os cidadãos.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Desenvolvimento de ações contínuas no âmbito da saúde passíveis de prevenir, mitigar e recuperar os possíveis danos oriundos de uma Emergência em Saúde Publica (ESP).

1.2 Objetivos Específicos

Identificar e avaliar os riscos de doenças e eventos adversos que possam afetar a saúde pública.

Desenvolver e implementar estratégias de prevenção e controle, incluindo medidas de vigilância epidemiológica e monitoramento de surtos.

Estabelecer planos de contingencia e protocolos de resposta para lidar com diferentes cenários de risco.

Avaliar e revisar continuamente as estratégias com base em evidências científicas e melhores práticas, visando aprimorar a gestão de risco de desastres e a resposta em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).

- Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- Decreto n° 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS".

- Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n°7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

- Decreto n° 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".

- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

- Lei n° 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".

- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".

- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".

- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.

- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - VIGIDESASTRES, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

- Portaria nº 814 (2022), que dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.

- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.

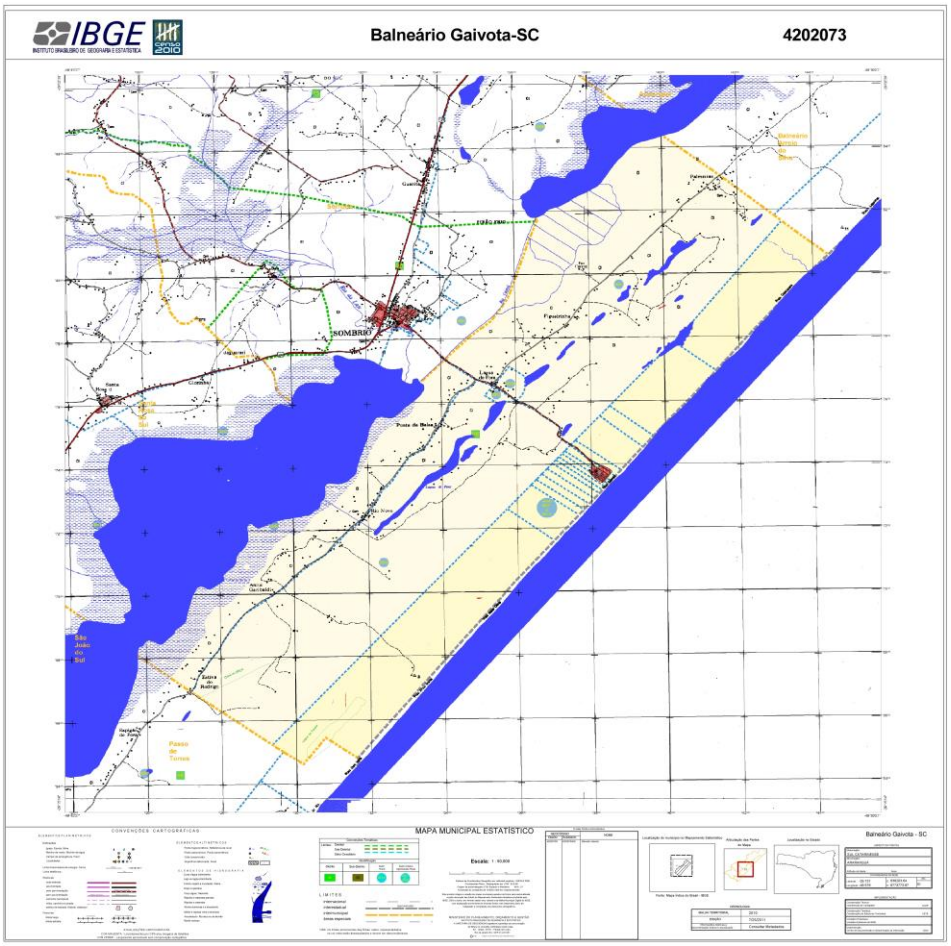
3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

Balneário Gaivota é um município litorâneo, localizado no Extremo Sul Catarinense, com área territorial de 146,834 km². Com população de 15.669 habitantes (2022) e densidade demográfica de 106,71 hab/km² (2022).

Abaixo o mapa estatístico do município, onde se pode observar os setores hidrológicos do município e as áreas habitadas.

Figura 1 - Mapa Estatístico de Balneário Gaivota

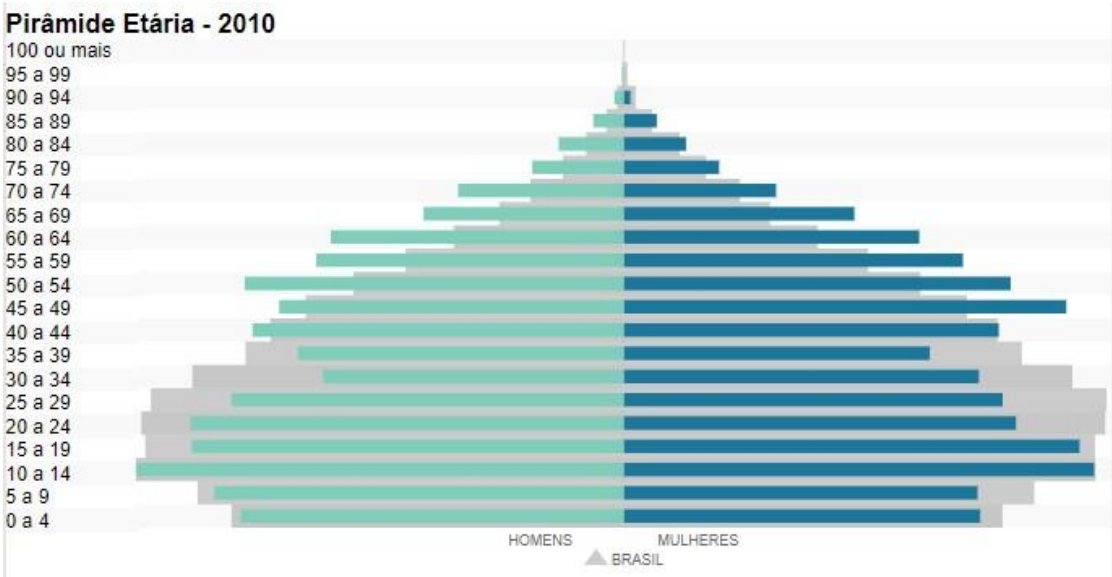


Fonte: IBGE (2010).

O município possui uma população predominantemente urbana. A maior parte dos habitantes reside na área urbana do município, onde estão concentrados os serviços, infraestrutura e atividades econômicas. A população rural, por sua vez, está associada às atividades agrícolas, pecuárias e ao desenvolvimento rural.

Abaixo segue a pirâmide etária do município que apresenta graficamente trazendo informações importantes sobre a estrutura demográfica e o envelhecimento populacional.

Figura 2 - Pirâmide etária de Balneário Gaivota



Fonte: IBGE (2010).

Podemos observar que a distribuição da população é majoritariamente entre as faixas etárias de 10-19 e 45-54 anos. Já podemos observar a ocorrência do fenômeno de envelhecimento da população. E vale ressaltar que os dados são de 2010, então, pode-se ter ocorrido uma mudança dessa pirâmide.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,728 (IBGE 2010). O IDH é uma medida que busca avaliar o nível de desenvolvimento humano e qualidade de vida em diferentes regiões. Esse valor indica que o município está em um patamar considerado médio/alto em termos de desenvolvimento humano.

O IDH varia em uma escala de 0 a 1, onde quanto mais próximo de 1, maior é o nível de desenvolvimento humano alcançado. O valor de 0,728 sugere que o município possui indicadores relativamente positivos em termos de expectativa de vida, acesso à educação e renda per capita.

Com base no IDH de 0,728, é possível afirmar que o município tem avanços significativos em termos de qualidade de vida e desenvolvimento humano, mas também há

espaço para melhorias em áreas específicas. A partir dessa informação, é possível direcionar esforços e políticas para fortalecer as áreas com maior potencial de crescimento e garantir que todos os setores da população se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico.

3.3 Atividades Econômicas

Balneário Gaivota possui uma economia diversificada, com destaque para o turismo, agricultura, pesca e comércio. A região costeira e as belas praias atraem visitantes durante o verão, impulsionando a atividade turística. A agricultura é representada por cultivos de mandioca, feijão e milho além da produção de frutas e hortaliças. A pesca é uma importante atividade econômica, principalmente relacionada à pesca artesanal. Porém, grande parte desses trabalhadores é informal.

Município possui 1.990 empresas ativas (março de 2023) e uma remuneração média por trabalhador de R$ 2.091,48 (em 2021).

Com apenas 1.359 empregados registrados em 2021, segue abaixo o gráfico que mostra os setores com mais empregados na cidade de Balneário Gaivota.

Figura 3 - Empregados por setor econômico.

Fonte: Data MPE (2021).

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O município possui características climáticas influenciadas pela sua localização costeira e pela região em que está inserido. A região em questão é conhecida por apresentar um clima subtropical úmido.

O clima é ameno ao longo do ano, com variações sazonais. Os verões são geralmente quentes, com temperaturas máximas que podem alcançar e até mesmo ultrapassar os 30°C. Os invernos são moderados, com temperaturas médias que variam entre 10°C e 20°C.

A umidade relativa do ar em Balneário Gaivota é geralmente elevada, especialmente durante os meses de verão. A proximidade com o oceano contribui para a manutenção de níveis de umidade mais altos na região.

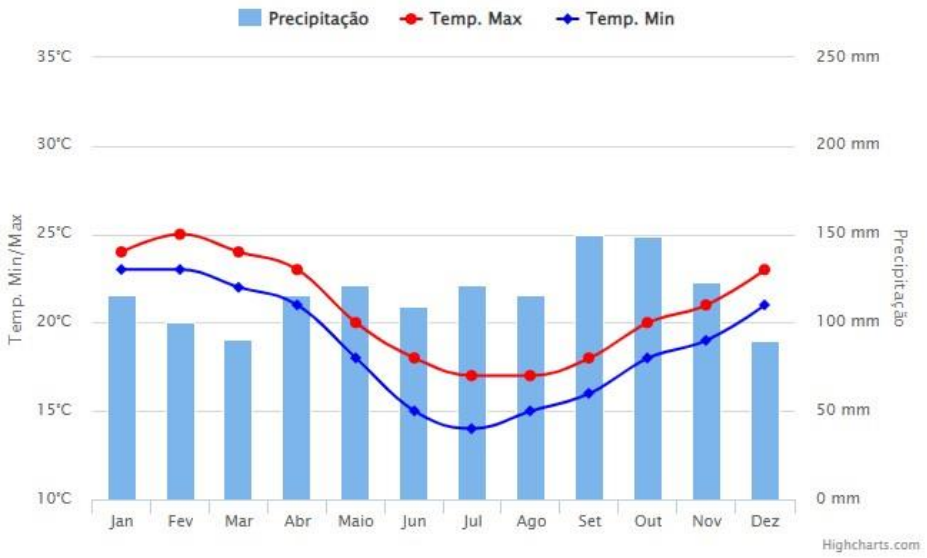
A cidade costeira de Balneário Gaivota é influenciada pela ação dos ventos. Durante o verão, é comum a presença de brisas marítimas, que ajudam a refrescar a região. Já durante o inverno, é possível ocorrer a entrada de massas de ar mais frio, que podem trazer ventos mais intensos.

3.4.2 Pluviometria

A região recebe uma quantidade significativa de chuvas ao longo do ano. Os meses de verão, principalmente entre dezembro e março, são mais chuvosos, enquanto os invernos costumam ser mais secos. A precipitação média anual gira em torno de 1.500.

Abaixo o gráfico mostra o comportamento das chuvas e temperaturas durante o ano no município. Segundo o Clima Tempo os valores são calculados a partir de uma observação feita de 30 anos.

Figura 4 - Chuvas e temperaturas durante o ano no município a cerca de 30 anos.



Fonte: Clima Tempo (2023).

3.4.3 Pedologia e Aspectos geomorfológicos

Para melhor entendimento divide-se o município em setores conforme o contexto geológico. Três setores estão localizados no bairro Centro e um setor no bairro Santa Fé, nestas áreas o substrato é formado pelas unidades sedimentares de idade quaternária que são os depósitos eólicos e praias atuais, estas coberturas sedimentares ocorrem na zona de praia e demarcam a fronteira com a zona de costa, nesta região continental ficam os campos de dunas e as planícies lagunares, esta mais a oeste.

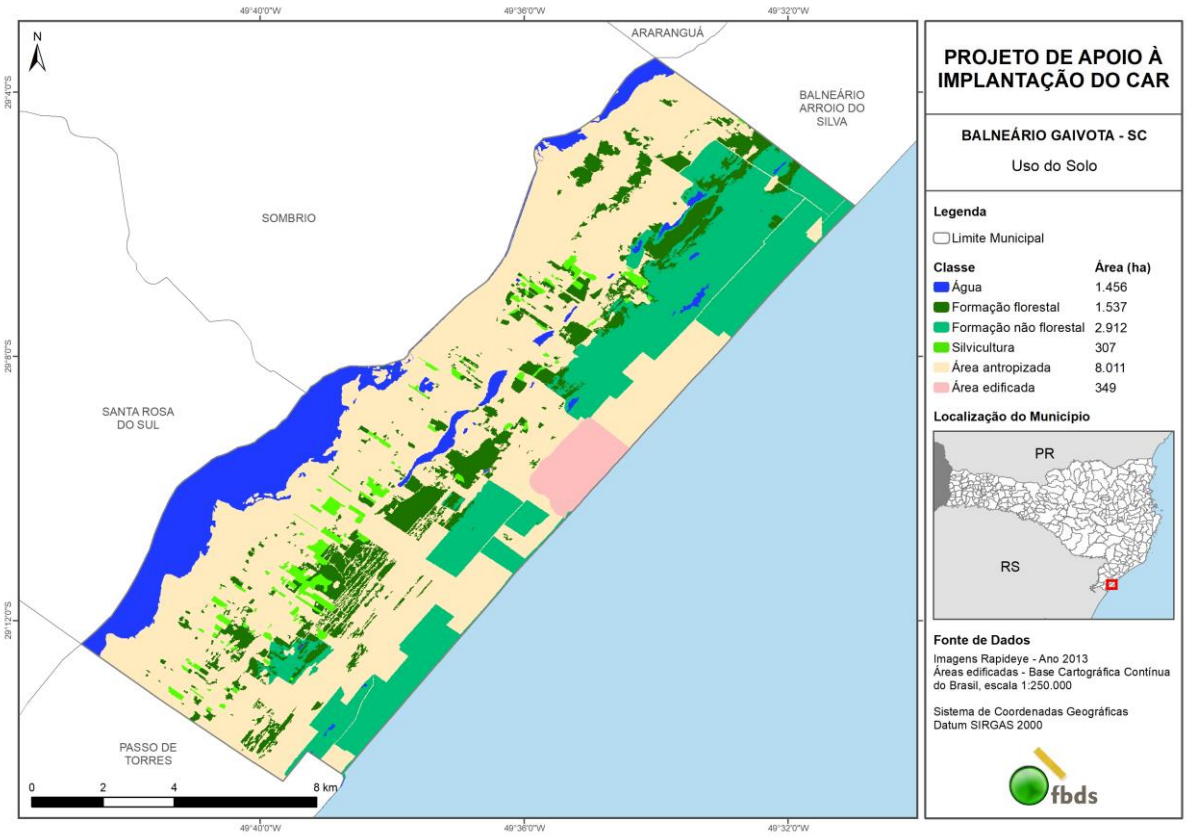
Nos quadrantes noroeste e sudoeste divisa com o município de Sombrio ocorrem de planície lagunar e no quadrante nordeste e sudeste ocorre depósitos eólicos e praias atuais. As lagoas menores ocorrem sobre os depósitos praias atuais. E as lagoas maiores do Sombrio e Caverá ocorrem sobre a unidade planície lagunar.

Estas unidades sedimentares são modeladas por uma geomorfologia marinha associada à modelagem fluvial que atua na superfície topográfica gerando formas de relevo como campo de dunas, cordões arenosos e um conjunto de lagoas e canais naturais como sangradouros e sangas.

A declividade predominante é plana e localmente suave ondulado, estas extensas áreas são baixas e úmidas.

Abaixo temos a imagem do uso do solo do município, onde a maioria do território é formado por área antropizada e formação não florestal.

Figura 5 - Uso do solo no município.



Fonte: FBDS (2013).

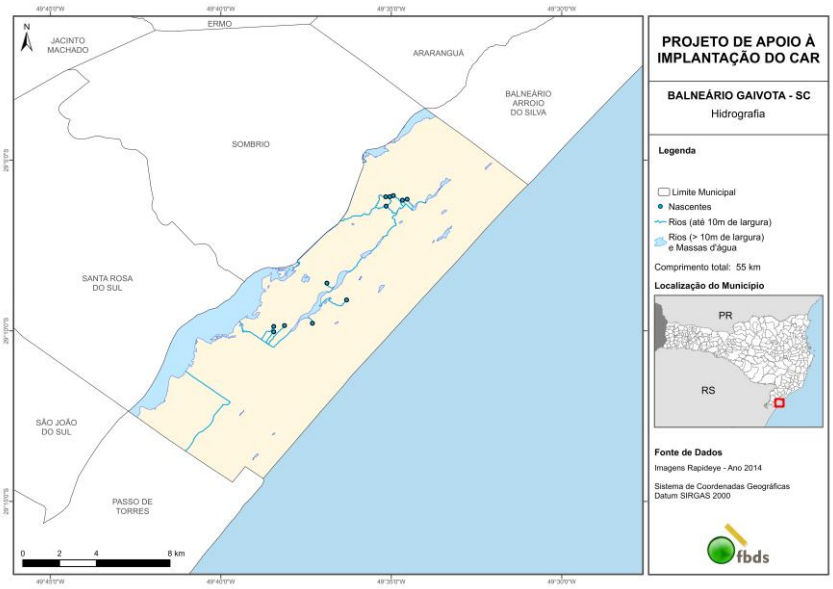
3.5 Hidrografia

O município esta inserido no baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Mampituba, pertencente à região hidrográfica RH10 – Extremo Sul Catarinense, sendo que a área urbanizada fica posicionada na região geomorfológica planície costeira. Nos limites territoriais do Balneário Gaivota os recursos hídricos existentes formam um complexo conjunto de lagoas, rio, arroio e sangas onde no quadrante nordeste esta parte da Lagoa do Caverá, no quadrante sudoeste parte da Lagoa do Sombrio e estas duas lagoas estão interligadas pelo rio e arroio Caverá. O rio e arroio Caverá marca o limite do munícipio de Sombrio com o Balneário Gaivota.

E posicionadas sobre os depósitos praias atuais existe alinhadas sentido nordeste um conjunto de pequenas lagoas que são a Lagoa de Fora (conjunto de oito lagoas interligadas), Lagoa da Terreira, Lagoa Comprida, Lagoa Cortada, Lagoa Pequena e a Lagoinha. E existem pequenas sangas como a do Gildo e Lagoinha que drenam as águas da planície lagunar para o mar.

Na imagem abaixo, podemos observar os pontos de nascente e os rios de diferentes larguras e massas de água.

Figura 6 - Hidrografia do município.



Fonte: FBDS (2014).

3.5.1 Áreas de Risco do Município

O contexto geológico, geomorfológico e hidrológico associado à posição da área urbanizada do município revelaram quatro setores de situação de risco alto que estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Áreas de Risco

BAIRRO	RUA ou AVENIDA	SETOR	TIPOLOGIA
Santa Fé	Rua Passo Fundo	01	Alagamento
Centro	Rua Vidal Ramos e ruas do entorno	02	Enchente e alagamento
Centro	Avenida Alvim Manoel Cardoso	03	Enchente e alagamento
Centro	Avenida Beira Mar	04	Erosão marinha

Segue a imagem identificando os locais.

Figura 7 Áreas de Risco do município

Fonte: CPRM (2017).

3.6 Saúde

<u>Serviços de Saúde oferecidos pelo SUS:</u>

O município dispõe de atendimento em Atenção Básica, contendo 03 Estratégias de Saúde da Família, com equipe completa, incluindo de odontologia, localizadas em diferentes regiões para atender a toda a população.

ESF Erotides Fernandes Batista: Localizada na Rua Palmeira, N° 711, no bairro Turimar.

Dispõe de equipe completa de atenção básica (1 enfermeiro, 1 médico, 2 técnicos de enfermagem, 7 agentes comunitários de saúde, 1 odontólogo, e 1 auxiliar de odontologia) atendimento de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h. Oferta atendimentos em pediatria, nutrição e fisioterapia.

Oferta ainda atendimento médico e de enfermagem no bairro Lagoinha a cada 15 dias.

ESF Raulino João Ramos: localizada na Avenida Alvim Manoel Cardoso, N° 688 (fundos), bairro Interpraias.

Dispõe de equipe completa de atenção básica (1 enfermeiro, 1 médico, 2 técnicos de enfermagem, 8 agentes comunitários de saúde, 1 odontólogo, e 1 auxiliar de odontologia) atendendo de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h. Oferta ainda atendimentos nutrição e fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional e agente de endemias.

ESF Abel Delaudino dos Santos: localizada na rua I, S/N, Bairro Lagoa de Fora.

Dispõe de equipe completa de atenção básica (1 enfermeiro, 1 médico, 2 técnicos de enfermagem, 8 agentes comunitários de saúde, 1 odontólogo, e 1 auxiliar de odontologia), sala de vacinação, atendendo de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h. Oferta atendimentos em pediatria, fonoaudiologia, nutrição e fisioterapia.

Oferece ainda atendimento de enfermagem de segunda a sexta-feira nas unidades básicas do bairro Rio Novo (tarde) e Anita Garibaldi (manhã) e atendimento médico uma vez por semana. No bairro Palmeira o atendimento médico e de enfermagem ocorre a cada 15 dias.

Unidade de Saúde Zenita Mendes da Silva Pedro: localizada na Avenida Alvim Manoel Cardoso, N°688, bairro Interpraias.

Concentra as atribuições administrativas da Secretaria Municipal de Saúde: Tratamento Fora Domicílio, transportes, coordenação de atenção básica, central de agendamento de consultas, gabinete do secretário de saúde, central de distribuição de materiais. Atendimento em: sala de vacina, sala de curativos, eletrocardiograma, saúde da mulher, e epidemiologia. Atendimento especializado (psiquiatria, infectologia, pediatria, ginecologia, cardiologia, pequenas cirurgias, fonoaudiologia, assistência social, teledermatologia), setor de pronto atendimento, ofertando atendimento médico e de enfermagem a população em horário estendido (07:00 às 22:00, incluindo finais de semana e feriados, das 08:00 às 14:00h).

Balneário Gaivota dispõe de duas Farmácias Básicas (uma localizada no bairro Jardim ultramar e outra no bairro Lagoa de Fora), ofertando à população os medicamentos essenciais conforme listagem SUS para atenção básica, atendendo de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h.

O município conta com uma ambulância 24 horas para atendimento e transporte até a unidade de urgência e emergência, tendo o Hospital Dom Joaquim (Sombrio) como referência para esses encaminhamentos.

O município não possui laboratório próprio, desta forma encaminha os exames ao laboratório Central do Estado, e/ou aos laboratórios conveniados do município, de acordo com os tipos de exames solicitados.

O município não possui rede de suprimento de sangue e derivados, tendo como referência o HEMOSC da cidade de Criciúma.

3.7 Assistência Social

Localizada na Rua Ângelo Isoppo, 536 - Bairro Santa Rita de Cássia, a secretaria administra o Serviço de Convivência e o CRAS. É composta por uma equipe de secretária de assistência social, diretor, advogado, recepcionista, servente, psicólogo e assistente social.

Na secretaria são ofertados os benefícios eventuais como Auxílio alimento, auxílio funeral, auxílio natalidade e auxílio passagem. Solicitação de gratuidade para 2° via de documentos, IPTU, entre outros serviços que necessitem declaração de insuficiência de renda.

É realizado acompanhamento com as famílias de média complexidade, denúncias, rompimento de vínculos e direitos humanos; Acompanhamento do programa Maria da Penha (Programa de Acompanhamento Multidisciplinar), PAEFI (Serviço De Atendimento Especializado As Família E Indivíduos), PSC (Prestação De Serviços À Comunidade), PSC E LA (Medidas socioeducativas). Fornecido auxílio e suporte em situações de emergência e calamidade pública, Lei do aluguel social (em construção) e programa de habitação (sendo estruturado).

3.8 Segurança

No âmbito municipal, a segurança pública é de responsabilidade de diferentes órgãos e instituições que trabalham em conjunto para garantir a ordem e a proteção dos cidadãos. Abaixo, apresento alguns dos principais órgãos responsáveis pela segurança pública no município, juntamente com os nomes dos seus respectivos responsáveis, cargos e informações de contato:

Secretaria Municipal de Segurança Pública:
Responsável: Joel Valdenir Ouriques Eich
Cargo: Diretor Municipal de Segurança Pública
Contato: (48) 9 9866 5905

Defesa Civil Municipal:
Responsável: Rodrigo Batista Santos
Cargo: Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Contato: 48 9610-7413

É importante destacar que os nomes dos responsáveis e seus cargos podem variar ao longo do tempo, de acordo com as nomeações e alterações na gestão municipal.

Esses órgãos municipais e seus responsáveis desempenham um papel fundamental na promoção da segurança pública em nível local, atuando em áreas como a prevenção e o combate à criminalidade, resposta a desastres naturais, entre outras atividades relacionadas à segurança e bem-estar da comunidade.

3.9 Obras

A Secretaria de Obras Municipal fica localizada na esquina da Quarta Avenida com a Avenida Interpraias.

Abaixo, apresento o responsável pela secretaria de obras no município, juntamente com o cargo e informações de contato:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Responsável: José Antônio dos Santos
Cargo: Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Contato: (48) 9 9984 4395

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

O município de Balneário Gaivota possui, no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) apenas dois cadastros referentes aos anos da Pandemia do COVID-19 (anos de 2020 e 2021).

No ano de 2021, foi decretada emergência através do Decreto n. 55/2021 motivada por área do município inundada. E no ano de 2023 foi decretado emergência pela ocorrência de granizo na cidade.

Quadro 2 - Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE)	Breve relato
04/2020	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	Pandemia COVID-19
06/2021	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	Pandemia COVID-19
06/2021	Inundações - 1.2.1.0.0	Ocorrência de Alagamentos e Inundações provocada por chuva intensa e concentrada durante o período, mais especificamente entre os dias 8, 9 e 10 de Junho de 2021, atingindo todo o município de Balneário Gaivota.
08/2023	Granizo - 1.3.2.1.3	Ocorrência de granizo atingindo todos os bairros da cidade, inclusive localidades no interior, principalmente no dia 23 de agosto de 2023;
	Dengue	Município não possui casos da doença, mas possui mais de 100 focos positivos.

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor da saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres. Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Fernanda Jorge Matias, alocada na Vigilância Sanitária.

Quadro 3 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.

Etapa	Fase	Objetivo
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: DSAST/SVS/MS.

5.1 Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0

Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.

5.1.1 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Doenças Infecciosas Virais

O quadro abaixo mostra as atividades para a redução de riscos nas ocorrências de doenças infecciosas virais e os responsáveis por tais ações.

Quadro 4 Redução de riscos - Doenças Infecciosas Virais

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis.	Fernanda Jorge Matias
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de Whatsapp.	Fernanda Jorge Matias
	Criação do Centro de Triagem	Atenção Básica em Saúde
	Criação de Salas de Situação para discussão de estratégias para o combate	Vigilância Epidemiológica
Mitigação	Ativação do Centro de Triagem com horário estendido das 7h às 22h	Vigilância Epidemiológica
	Processo de Higienização intensificado	Atenção Básica em Saúde
Preparação	Uso de EPIs pelos profissionais	Atenção Básica em Saúde
	Escalas alternadas entre a equipe para evitar a sobrecarga de trabalho e a diminuição de exposição	Vigilância Epidemiológica
	Funcionamento em horário	Assistência Farmacêutica

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	normal das Farmácias Municipais	
	Imunização (se possível).	Vigilância Epidemiológica
	Em casos de urgência e emergência os pacientes serão conduzidos ao hospital de referencia ou acionado o 192 SAMU	Urgência e Emergência

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Quadro 5 Respostas ao Risco - Doenças Infecciosas Virais

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fernanda Jorge Matias
	Monitoramento pela Vigilância epidemiológica e Sanitária dos casos confirmados e suspeitos e notificação ao Ministério da Saúde quando necessário	Vigilância Epidemiológica Vigilância Sanitária

	Afastamento dos profissionais com sintomas de Síndromes Gripais	Vigilância Epidemiológica

Quadro 6 Recuperação - Doenças Infecciosas Virais

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Fornecer informações sobre o evento, as medidas adotadas e as consequências sobre a saúde da população.	Vigilância Epidemiológica
	Atualizar o PPR-ESP	Fernanda Jorge Matias

5.2 Dengue

5.2.1 Atuação de gestão do risco na ocorrência de Dengue

O quadro abaixo mostra as atividades para a redução de riscos nas ocorrências de Dengue e os responsáveis por tais ações.

Quadro 7 - Redução de Riscos - Dengue

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis.	Vigilância Sanitária

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Recebimento e verificação dos relatórios relacionados à Dengue no Estado de Santa Catarina	Vigilância Epidemiológica
	Acompanhamento de armadilhas montadas em pontos estratégicos no município	Vigilância Epidemiológica
	Realização de palestras para a conscientização da população quanto à prevenção e combate ao mosquito	Vigilância Sanitária Agente de Endemias
	Desenvolver ações voltadas aos comércios locais para a prevenção da dengue e eliminação de possíveis criadouros	Vigilância Sanitária
	Qualificar e sensibilizar os ACS para o reconhecimento de casos suspeitos e encaminhamento para as UBS	Atenção Básica em Saúde
Mitigação	Notificação de casos suspeitos à área técnica municipal responsável pelo controle vetorial	Vigilância Epidemiológica

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Monitoramento de focos confirmados	Vigilância Epidemiológica
	Criação de Salas de Situação para discussão de estratégias para o combate	Vigilância Epidemiológica Vigilância Sanitária
	Fiscalizar locais em que hajam denúncias de possíveis criadouros.	Vigilância Sanitária
Preparação	Realizar a investigação de caso suspeito, solicitar a coleta de sangue e encaminhar ao laboratório de referência (LACEN/SC).	Atenção Básica em Saúde
	Capacitar a equipe de saúde para o manejo correto do paciente suspeito ou positivo, notificando e realizando os devidos encaminhamentos.	Atenção Básica em Saúde

Quadro 8 - Respostas ao Risco - Dengue

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis

ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária
	Preencher ficha de notificação SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação quando caso confirmado	Vigilância Epidemiológica
	Monitorar o surgimento de casos graves através do SINAN e LACEN (GAL).	Vigilância Epidemiológica
	Monitoramento pela Vigilância epidemiológica e Sanitária dos casos confirmados e suspeitos e notificação ao Ministério da Saúde quando necessário	Vigilância Epidemiológica Vigilância Sanitária
	Identificar áreas vulneráveis e emitir alertas	Vigilância Epidemiológica
	Realizar a atualização diária dos casos notificados, confirmados e óbitos, com publicação semanal de informes epidemiológicos	
	Acompanhar e incentivar a implantação do Fluxograma de Classificação de Risco e Manejo Clínico dos pacientes com suspeita da doença na rede pública e privada.	Atenção Básica em Saúde

Quadro 9 - Recuperação - Dengue

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Fornecer informações sobre o evento, as medidas adotadas e as consequências sobre a saúde da população.	Vigilância Epidemiológica
	Atualizar o PPR-ESP.	Fernanda Jorge Matias

5.3 Inundações - 1.2.1.0.0

Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.

5.4 Granizo - 1.3.2.1.3

Precipitação de pedaços irregulares de gelo.

5.5 Atuação de gestão do risco na ocorrência de eventos hidrometeorólogicos - Inundações e Granizo

O quadro abaixo mostra as atividades para a redução de riscos nas ocorrências de inundações e granizo, bem como os responsáveis por tais ações.

Quadro 10 Redução de riscos – Inundações e Granizo

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis.	Fernanda Jorge Matias
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de *Whatsapp*.	Fernanda Jorge Matias
Mitigação	Estabelecer medidas de comunicação de alerta frente à previsão da ocorrência de um desastre aos gestores, técnicos e população;	Fernanda Jorge Matias
	Criação de grupo com representantes de diversos órgãos e entidades que possam emitir respostas imediatas por questionários pré-estabelecidos para auxiliar no preenchimento da Comunicação de Emergência em Saúde Pública para Desastres de Origem Natural.	Vigilância Sanitária Secretaria de Saúde
Preparação	Criação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Providenciar/comprar recursos materiais e equipamentos após identificação das necessidades para a resposta.	Secretaria de Saúde
	Preparar *kits* de emergência com medicamentos, soros, antídotos, insumos médico-hospitalares.	Assistência Farmacêutica
	Providenciar Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os profissionais (botas, luvas e capas de chuva *etc*).	Secretaria de Saúde
	Estabelecer locais que servirão como referência para o atendimento ambulatorial e hospitalar, bem como o fluxo de pacientes graves.	Atenção Básica em Saúde
	Avaliar e aprovar locais a serem utilizados como abrigos.	Secretaria de Saúde / Assistência Social
	Manter e controlar estoque de medicamentos, insumos e hipoclorito de sódio, prevendo aumento do consumo.	Assistência Farmacêutica
	Orientar a população a guardar	Setor de comunicação da

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	os documentos, incluindo os cartões de saúde, em sacola plástica e colocá-la em lugar elevado. Aqueles que moram em local de risco de inundação devem deixar os documentos em lugar seguro – casa de parentes ou amigos – até a situação se normalizar.	Prefeitura Municipal
	Orientar os comerciantes de produtos alimentícios, higiênicos, medicamentos etc., sobre os cuidados com os produtos que tiveram contato como a água da enchente ou da chuva no local causada por telhas quebradas.	Vigilância Sanitária
	Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos) e reservatórios (roedores) nas áreas consideradas vulneráveis a sofrer efeitos à ocorrência de inundações.	Vigilância Epidemiológica

Quadro 11 Respostas a riscos – Inundações e Granizo

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis

ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fernanda Jorge Matias
	Implantação do Abrigo em local seguro;	Defesa Civil / Assistência Social
	Verificação das condições higiênico sanitárias do abrigo, quando existente.	Vigilância Sanitária
	Avaliar a situação sanitária dos estabelecimentos de saúde e dos sistemas e/ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.	Vigilância Sanitária
	Fiscalizar os estabelecimentos comerciais de produtos de higiene e alimentação que tenham sido atingidos e coibir a venda de produtos que possam causar problemas de saúde	Vigilância Sanitária
	Orientar a população sobre a correta limpeza dos domicílios e das caixas-d'água.	Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica
	Informar a Defesa Civil sobre as ações de saúde e apoiar as ações intersetoriais.	Fernanda Jorge Matias
	Intensificar ações de atenção à	Atenção Básica em Saúde

	saúde para a população atingida, especialmente nos abrigos, com foco nos mais vulneráveis: crianças, adolescentes, gestantes, idosos, doentes crônicos e pessoas com deficiência.	
	Se necessário, solicitar junto ao VIGIDESASTRES Estadual o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica.	Vigilância Sanitária Assistência Farmacêutica
	Em casos de urgência e emergência os pacientes serão conduzidos ao hospital de referencia ou acionado o 192 SAMU ou Bombeiros.	Urgência e Emergência

Quadro 12 Recuperação – Inundações e Granizo

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Fornecer informações sobre o evento, as medidas adotadas e as consequências sobre a saúde da população.	Fernanda Jorge Matias
	Atualizar o PPR-ESP.	Fernanda Jorge Matias
	Intensificar o controle de vetores, principalmente o *Aedes aegypti*, roedores e	Vigilância Epidemiológica Vigilância Sanitária

	reservatórios.	
	Intensificar a promoção de ações de atenção psicossocial para a população e para os trabalhadores envolvidos no processo.	Assistência Social Atenção Básica em Saúde Psicólogos
	Requisitar o aumento do plano de amostragem de água do município para controlar a qualidade da água para consumo humano.	Vigilância Sanitária

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN e ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes (Quadro 13) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 13 - Lista de representantes da SMS

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	E-mail
Secretária Municipal de Saúde Onice Maria Medeiros de Lacerda	(48) 99855-8107	nikmedeiros@hotmail.com
Coordenadora da Atenção Básica Enfermeira Rosana Porto Matias Mateus	(48)99620-4551	rosanaportomatias@hotmail.com
Coordenadora Assistencial Enfermeira Daiane Daboit da Rosa Melo	(48) 99102-0684	daidaboit21@gmail.com
Enfermeira Responsável Técnica ESF Abel Delaudino dos Santos Lara Tatiane Porto da Cunha	(48) 99979-0356	enfermeiralaratatiane@gmail.com
Enfermeira Responsável Técnica ESF Erotides Fernandes Batista Nicole Almeida da Fonseca	(54) 98436-5516	nicolefonseca.contato@outlook.com

Enfermeira Responsável Técnica ESF Raulino João Ramos Mariana Lopes Serafim	(48) 99648-4551	marianinhals@hotmail.com
Enfermeira Coordenadora da Vigilância Epidemiológica Rafaela Hofzmann	(48) 99967-3951	rafaela25rosa@gmail.com
Ponto focal VIGIDESASTRES Fernanda Jorge Matias	(48) 998650239	visa@balneariogaivota.sc.gov.br
Fiscal Sanitarista Taise Serafim Godinho Raupp	(48) 998650239	visa@balneariogaivota.sc.gov.br

7. Informações à população

A Prefeitura utiliza suas redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, bem como seu site oficial como importante meio de comunicação para informar a população sobre possíveis desastres e emergências. Através dessas plataformas, a Prefeitura divulga avisos, alertas e atualizações relevantes para manter os cidadãos informados e seguros diante de situações de risco.

8. Capacitações

O Plano de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública será encaminhado aos setores participantes através dos e-mails cadastrados e cada setor será responsável por apresenta-lo e treinar os demais funcionários que participarão das atividades.

9. Referências

BRASIL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **S2ID**: sistema integrado de informações sobre desastres. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Disponível em: https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Carlos Machado de Freitas. Cepedes/Fiocruz (org.). **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018. 159 p. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/40925/GuiaPrepara%c3%a7%c3%a3oSetorSaude.PDF?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Inundação [recurso eletrônico]**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 42 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_saude_publica_inundacao.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. **PLANO NACIONAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA**: guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do sistema único de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_resposta_desastre_inundacoes_gestao_municipal_SUS.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Orientações básicas para gestores e técnicos do SUS para situações de desastres associados a inundações [recurso eletrônico]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 26 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientações_basicas_gestores_tecnicos_SUS_situações_desastres_associados_inundações.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Ação emergencial para reconhecimento de áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa e Enchentes.** Ministério de Minas e Energia, 2017.

DATA MPE BRASIL (Brasil). **Emprego**: Balneário Gaivota. Disponível em: https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/balneario-gaivota. Acesso em: 05 maio 2023.

Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Patrola Case	01	Secretaria
Camionete Fiat Strada	01	Secretaria
Carros	02	Secretaria
Moto Biz	01	Secretaria
Moto Niveladora Patrola	01	Secretaria
Randon Patrola Refg	01	Secretaria
Tratores	02	Secretaria
Micro Ônibus	01	Secretaria
Reboque	01	Secretaria
Sprinte	01	Secretaria
BobCat	01	Secretaria
Caçambas	02	Secretaria
Carregadeira	01	Secretaria

Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	**Nome**	**Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)**
Defesa Civil Municipal	Rodrigo Batista Santos (coordenador da DC)	(48) 9610-7413
Secretaria Municipal de Saúde	Onice Maria Medeiros de Lacerda (Secretária da SMS)	(48) 99855-8107 (48) 3583-0218
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	José Antônio dos Santos (Secretário)	(48) 9 9984-4395
Secretaria Municipal de Segurança Pública	Joel Valdenir Ouriques Eich (Diretor)	(48) 9 986- 5905
Secretaria de Desenvolvimento Social	Rosa Maria dos Santos (Secretária)	(48) 3583-1861
Vigilância Sanitária	Taise Serafim Godinho Raupp (Fiscal Sanitarista)	(48) 9 9865-0239
Secretaria do Meio Ambiente	Marcelo Aguiar Alves (Secretário)	(48) 9 9865 0236 (48) 3583 1408